

Comissão quer definir logo regime de Governo

A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo está convocada pelo seu presidente, deputado Oscar Correia (PFL-MG), para decidir no próximo dia 22, em caráter de urgência, qual o regime que deve ser adotado pela nova Constituição. A tendência predominante é pelo parlamentarismo, mas a decisão será preliminar, tendo de ser aprovada pela Constituinte.

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) advertiu ontem que essa atitude de Oscar Correia poderá levar a Comissão a uma "decisão extemporânea e inoportuna, que deve ser evitada". Essa questão — sistema de Governo — tem de ser definida após exaustivo debate, na opinião de Hugo Napoleão, defensor do presidencialismo.



Napoleão: contra a pressa

DISTRITAL

O relator da Comissão de Organização dos Poderes, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), é favorável a mudanças no sistema de governo, mas não chega a ser parlamentarista. Ele pretende que seja adotado um "presidencialismo mitigado com o Legislativo fortalecido", o que é defendido, em outras palavras, pelo ministro do Gabinete Civil, Marco Maciel.

A tese parlamentarista está crescendo na Constituinte de

pois que o Presidente da República confirmou ser favorável à implantação do sistema distrital que evitaria as brigas internas no período eleitoral. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), apesar de ser presidencialista, também concorda com a implantação do distrital, mas quer o sistema misto. Metade das cadeiras seria disputada em lista proporcional.

PRESSÃO

O senador Hugo Napoleão acha que está havendo uma pre-

cipitação nessa convocação para 22 próximo. Mesmo que a comissão vote em favor do parlamentarismo, isto não significa que a mudança do regime será aprovada pela Constituinte. A decisão preliminar poderá, segundo Hugo, ser fatídica na medida em que, não representando o pensamento da maioria, crie uma expectativa falsa.

O deputado Ulysses Guimarães determinou que fossem encaminhadas a essa organização todas as propostas a respeito de mudança de regime e relativas ao mandato do presidente da República. A primeira delas foi apresentada pelo deputado César Cals Neto (PDS-CE), que deseja a fixação antes do início da viagem do Presidente da República para a Índia.

O presidente da Subcomissão do Poder Executivo, que deve apreciar todas as propostas de regime do Governo e mandato, é presidida pelo deputado Alencar Filho (PMDB-MA), primo do presidente José Sarney. Na reunião do dia 22 ficará decidido se há necessidade ou não de um parecer prévio da Subcomissão ou se as propostas podem ser apreciadas apenas com o parecer do relator-geral, deputado Egídio Ferreira Lima.

Interesse político vai dominar

Na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, as disputas internas ocorrerão menos em termos de divergências ideológicas e mais de acordo com os interesses políticos ali representados. Entre os integrantes do órgão, da direita à esquerda, pode-se observar um consenso em torno de temas como a devolução das prerrogativas do Congresso ou a implantação do regime parlamentarista, mas as posições se distanciam quando o que está em discussão é um assunto de interesse político imediato como a duração do mandato do presidente José Sarney.

PODER EXECUTIVO

Politicamente, a Subcomissão do Poder Executivo é a mais visada entre os três grupos que compõem a Comissão de Organização dos Poderes. Tanto que o líder peemedebista Mário Covas precisou intervir pessoalmente para assegurar a indicação de seu candidato para o cargo de relator, impedindo no último momento uma manobra do Palácio do Planalto no sentido de colocar naquele vaga um parlamentar comprometido com o mandato de seis anos.

Na primeira batalha, a esquerda saiu vitoriosa, o que induziria o observador menos atento a imaginar que o relató-

rio final da subcomissão será necessariamente progressista. E puro engano: a fatia conservadora do PMDB, embora derrotada pela competência de Covas, é indiscutivelmente majoritária dentro do órgão. O relator José Fogaça só conseguirá impor seu parecer se conseguir atrair o apoio dos demais partidos representados (para o deputado Bonifácio de Andrada, do PDS, por exemplo, nada mais conveniente do que aprovar um mandato menor para o presidente Sarney, como querem Fogaça e Covas). Do outro lado, estão os pefelistas e peemedebistas moderados, estes últimos donos da presidência do grupo.

PODER LEGISLATIVO

Esta é, provavelmente, a subcomissão mais homogênea da Constituinte. Todos os membros, sem exceção, concordam que o Parlamento encontra-se castrado em seus poderes e deve ser fortalecido com a devolução de suas prerrogativas pela nova Constituição.

Do ex-pedessista Luiz Viana Filho ao pedetista Bocayúva Cunha (o primeiro foi chefe de gabinete do governo Castello Branco, o segundo foi cassado pelo regime militar), é opinião unânime na subcomissão que o Legislativo é a instituição básica do sistema democrático.

Portanto, todo poder é pouco: imunidade parlamentar plena, iniciativa para matérias financeiras, possibilidade de emendar o orçamento e, se possível, a implantação de um parlamentarismo que leve os políticos efetivamente ao poder.

PODER JUDICIÁRIO

A proposta de criação da Justiça Agrária, especificamente para resolver questões da posse de terra, promete ser o divisor de águas na Subcomissão do Poder Judiciário. A Comissão de Justiça e Paz será convidada para prestar depoimento em nome dos sem-terra e já se cogita, sobretudo entre os membros do PFL, de convocar também a UDR.

Trata-se de um subgrupo singular: é o único que não possui representantes do PDS e tem um petista como relator. O PMDB, dono da maioria das cadeiras, está pregando como objetivos prioritários democratizar o acesso à justiça e agilizar os procedimentos judiciais. A única proposta polêmica, além da criação da vara agrária, é a instituição de um tribunal constitucional, idealizado pelo deputado José Costa para acompanhar permanentemente aos atos do Governo no campo das leis sem necessidade de representações prévias.

Ordem Econômica começa a trabalhar

Os trabalhos da Comissão da Ordem Econômica começarão hoje, às 9h30, na Ala Nilo Coelho do Senado Federal. Segundo informações do seu presidente, deputado José Lins de Albuquerque (PFL-CE), já há um consenso entre os constituintes membros das três subcomissões da Comissão da Ordem Econômica para que os projetos apresentados só sejam votados após uma ampla discussão dos temas. O objetivo é evitar que alguns trabalhos não tenham a oportunidade de serem analisados à fundo, depois de terem si-

do recusados nas votações em plenário das subcomissões.

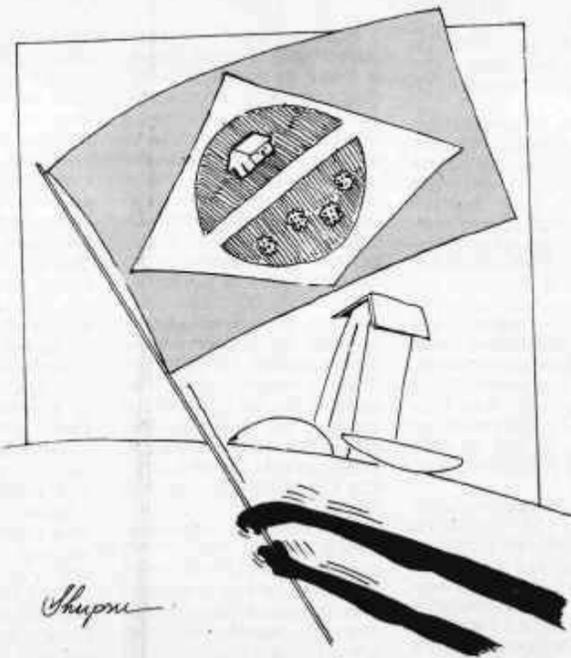
O desenvolvimento dos trabalhos já está praticamente decidido. As reuniões ordinárias serão realizadas de segunda a quinta-feira, iniciando-se às 9h30. O dia e o horário das reuniões extraordinárias, que poderão ser convocadas inclusive nos sábados e domingos, deverão ser fixados pelo presidente da Comissão. Porém, em hipótese alguma, a comissão e as suas três subcomissões funcionarão ao mesmo tempo das sessões plenárias da Assembléia Nacional Constituinte.

Subcomissão inicia debate com reeleição

A reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos será objeto de debates na primeira reunião da Subcomissão de Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias, hoje, a partir das 10 horas. Ao prestar essa informação, o presidente da Comissão, Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) revelou que o maior número de propostas recebidas até agora dizem respeito a questões políticas: reeleições no Executivo, voto facultativo e direito de voto a partir dos 16 anos.

Construção aciona lobby

Recessão leva setor a querer mudar política oficial



Arquitetos vão à Constituinte

O Instituto de Arquitetura do Brasil (IAB), juntamente com a Federação Nacional dos Arquitetos e a Associação Brasileira de Arquitetura apresentam hoje à tarde proposta à Constituinte, através da Subcomissão da Questão Urbana, presidida pelo senador Dirceu Cardoso. As entidades sugerem um novo tratamento para questões referentes à habitação, utilização do meio ambiente e a propriedade do solo urbano e rural. Ontem, o IAB promoveu debates sobre estes temas e aprovou no final da tarde um documento já elaborado em forma de artigos para facilitar os estudos da subcomissão.

Como forma de mobilizar as entidades sobre os assuntos que estão sendo tratados pelos constituintes, a categoria desde o ano passado vem realizando debates sobre a postura do arquiteto e a nova Constituição. Durante a reunião do Conselho Superior do IAB, realizada em Curitiba, foi lançado documento abrangendo desde a estrutura de poder, direitos e deveres do cidadão a questões referentes à cultura e tecnologia. O documento, segundo o presidente do IAB, Aleixo Furtado, serviu de suporte para a elaboração dos artigos que tratam das questões diretamente ligadas à categoria, que serão entregues à subcomissão.

Em relação à habitação, as entidades consideram necessário a criação de uma política urbana que "garanta o direito de moradia a todos cidadãos, prevalecendo também a função social de propriedade sobre o direito privado". De acordo com a visão do IAB, o direito à habitação existente atualmente não é um direito concretamente adquirido por todos, levando a distorções sociais, que devem ser corrigidas. Para tanto, o documento sugere que esta questão não seja tratada apenas por uma "ótica exclusivamente bancária", mas por um enfoque social que garanta subsídio à população de baixa renda, incapaz de arcar com os custos da habitação.

Neste sentido, o IAB defende a criação de uma política habitacional que privilegie a

estocagem de terra urbana e a produção em massa de habitação de caráter social. Levando em conta também que o acesso à habitação não pode ser restringir à casa própria, mas a construção de moradias populares para aluguel. As questões econômicas que direcionam os programas de habitação, conforme o documento, devem ser analisadas pelos setores organizados da sociedade civil envolvidos com o assunto e aprovados pelo Poder Legislativo.

Em relação ao planejamento habitacional, a categoria propõe: criação de um plano de habitação de interesse social sob a responsabilidade dos níveis federais, estadual e municipal de governo; integração do plano de habitação às políticas tributárias, urbanas e agrárias; utilização de critérios e métodos adequados para a qualificação de demanda de moradia por faixa de renda e com projeção de necessidades futuras, entre outras.

No tocante ao meio ambiente natural e construído, as entidades sugerem a definição de uma política nacional que leve em conta as especificidades e interesses de cada região. Acreditando que a preservação do meio ambiente está ligada não apenas à qualidade de vida do ser humano, mas a sua sobrevivência, o documento defende pontos como: preservação dos ecossistemas brasileiros, como a Amazônia, colocando-os como patrimônios naturais da humanidade; criação de dispositivos constitucionais que defendam a recuperação e preservação do meio ambiente e formulação de uma educação ambiental. No que diz respeito às questões do patrimônio cultural, a categoria defende a sua administração por todos os órgãos do governo.

Em relação à terra, sua propriedade e ocupação, o documento sugere uma nova postura no tratamento deste tema, propondo uma definição inovadora para o conceito de propriedade, de forma que o interesse coletivo prevaleça sobre o individual. Neste sentido, a classe defende a desvinculação do direito da propriedade do direito de construir.

ANA LUCIA GUIMARAES Da Editoria Nacional

A recessão já é um fato na construção civil. Milhares de empresas estão falindo em todo o País e desempregando trabalhadores devido ao desaquecimento na contratação de obras, às altas taxas de juros, à retenção da poupança e do FGTS pelo Governo e ao congelamento dos preços do setor, único não beneficiado pelo realinhamento geral ocorrido na economia.

Preocupações como estas dominaram o 46º Encontro Nacional da Indústria da Construção, encerrado domingo em Brasília, do qual foi tirado um documento a ser entregue esta semana ao presidente José Sarney e aos ministros ligados à área. Os empresários organizaram também um lobby para atuar nas comissões de Comunicações, Ciência e Tecnologia; Sistema Tributário; Ordem Econômica e Ordem Social da Constituinte, com o objetivo de fazer prevalecer suas teses na futura Constituição.

INDEFINIÇÕES

Divididos em quatro comissões — Indústria imobiliária, obras públicas, materiais de construção e relações trabalhistas — os empresários concentraram suas críticas nas indefinições do governo para o setor, o que fez cair violentamente o ritmo de obras nos últimos meses. Eles reivindicam reabertura imediata dos financiamentos para a construção civil; o realinhamento dos preços e a elevação do teto de financiamento da casa própria para 5 mil OTNs — cerca de Cz\$ 1 milhão. Atualmente o teto é pouco superior a Cz\$ 500 mil.

O encontro foi promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil de Brasília. Os debates, durante dois dias no Hotel Nacional, reuniram os 500 maiores construtores do Brasil. O setor envolve mais de 30 mil empresas em todo o País — incluindo as de pequeno e médio portes — e emprega aproximadamente 3 milhões e 200 mil trabalhadores.

Segundo o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, deputado Luiz Roberto de Andrade (PMDB-RS), a situação é de tensão e perplexidade diante das indefinições e desencontros do Governo. Apesar de toda euforia do Plano Cruzado, foram construídas apenas 100 mil unidades habitacionais em 86, contra 600 mil nos anos de 81 e 82. Nos três primeiros meses deste ano o desempenho do setor está sofrível,

com ociosidade elevada e o desaquecimento das obras.

Para complicar, ele disse que muitos governos estaduais estão atrasando o pagamento de obras contratadas em até oito meses, além de não reajustarem os contratos de acordo com a realidade pós-cruzado. A primeira vitória do encontro, conforme frisou, foi a garantia dada pelo presidente José Sarney, em audiência aos líderes do setor, de que os representantes dos construtores serão ouvidos nas formulações de políticas ou decisões pertinentes a eles, daqui por diante.

Mas o setor quer mais: o documento tirado no encontro propõe a criação de um Conselho Nacional de Habitação, junto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano, para regulamentar, formular políticas e tomar decisões ligadas à Construção Civil. Pela proposta, serão incluídos no Conselho todos os órgãos do Governo e da sociedade civil ligados ao ramo, entre eles, a Seplan e o Ministério da Fazenda; a Caixa Econômica Federal, a Abecip (Associação Brasileira de Crédito e Poupança); a Câmara Brasileira da Indústria da Construção e um representante dos mutuários do SFH.

Enfatizou que é urgente a liberação dos recursos da poupança integralmente para a construção de moradia para a população de renda média a alta, além da aplicação imediata do FGTS na construção de habitação para as camadas carentes.

Outro compromisso assumido pelo presidente Sarney foi o de baixar imediatamente a regulamentação do Decreto-Lei que autorizou o realinhamento dos preços do setor. Os burocratas do Governo, apesar de toda a realidade nacional e da autorização federal, ainda estão contratando obras com os preços de fevereiro de 86, quando foi editado o Cruzado. Como os construtores não aceitam, não há obra, nem emprego, nem recurso circulando, o que caracteriza a recessão.

NO LOBBY

Esclareceu Luiz Roberto de Andrade que o lobby atuará ordenadamente na Constituinte para garantir, por exemplo, a preservação da economia de mercado no País e o direito à propriedade, além de instrumentos que permitam a ocupação disciplinada e o uso correto da área urbana, já que, na virada do século, 90% da população estarão residindo nas cidades.

Na comissão do Sistema Tributário, a atuação será no sentido de simplificar e baratear o caro e complicado sistema de arrecadação.